



Opinião Econômica

Bráulio Borges

Doutorando em economia da FGV EESP, mestre em economia na FEA-USP, é diretor da LCA Consultores e pesquisador-associado do FGV Ibre



Adiar ou revogar a reforma é tributar mal por mais tempo

Tributar melhor é obter a mesma receita interferindo menos nas decisões de produzir, investir e trabalhar

Na semana passada, argumentei aqui que adiar ou revogar a reforma tributária do consumo, como sinaliza a campanha de Flávio Bolsonaro (PL), representaria um retrocesso para nosso país.

Um estudo recém-publicado pelo FMI reforça esse ponto. O capítulo analítico do novo Fiscal Monitor, "Taxing better to boost growth" (tributar melhor para crescer mais), parte de uma constatação que vale para o Brasil: com dívida elevada e juros altos, há pouco ou nenhum espaço para cortar impostos no curto prazo. A saída é arrecadar o mesmo com menos distorções. Afinal, diz o Fundo, o modo de arrecadar importa tanto quanto o montante arrecadado.

Tributar melhor, na definição do FMI, é obter a mesma receita interferindo menos nas decisões

de produzir, investir, inovar e trabalhar. Um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) que não permite recuperar todo o imposto pago nos insumos deixa de tributar o consumo e passa a tributar a produção, com custos que se propagam em cascata pelas cadeias. Normas complexas, somadas a uma administração deficiente, impõem custos de conformidade que pesam mais sobre empresas pequenas e jovens.

Os números são expressivos. Em economias emergentes e em desenvolvimento, isenções e empresas fora do IVA podem acrescentar até 9% ao custo dos insumos, e restaurar a neutralidade do imposto renderia ganhos de bem-estar de até 0,8% do PIB ao ano nos países estudados. Eliminar o sobrecusto tributário do capital elevaria o PIB de longo prazo entre 2,1% e 2,7%. E, com-

parando países com regras mais e menos complexas, a diferença de produtividade entre empresas pequenas e grandes cai de cerca de 28% para 4%.

O diagnóstico parece sob medida para o Brasil, onde a tributação da produção é disseminada: o ISS e parte do PIS/Cofins são cumulativos, o ICMS restringe créditos e exportadores acumulam saldos que não conseguem reaver. A EC 132 segue o receituário preconizado pelo FMI: crédito amplo sobre o que a empresa adquire, ressarcimento de saldos credores e desoneração plena das exportações. Se, onde já existe um IVA, ainda que imperfeito, o ganho pode chegar a 0,8% do PIB ao ano, não há por que esperar menos aqui.

O mesmo vale para o investimento. O exercício do FMI trata da tributação sobre o lucro corporativo, mas aqui o capital tam-

bém é onerado pela tributação do consumo, já que a cumulatividade onera esses bens em cerca de 5% a 7%. Com IBS e CBS, o crédito sobre bens de capital será integral e imediato. Quanto à complexidade, 27 legislações de ICMS e mais de 5.500 de ISS dão lugar a regras nacionais únicas, com nota fiscal eletrônica padronizada e split payment (mecanismo que permite devolver créditos com rapidez, minimizando sonegação e fraudes).

O trecho mais pertinente ao debate eleitoral, porém, é outro. O FMI observa que reformas assim enfrentam resistência porque seus custos são imediatos e concentrados em quem perde benefícios, enquanto os ganhos são difusos e graduais. Para vencê-la, recomenda objetivos claros, implementação crível, transição gradual e compensações focalizadas.

A EC 132 seguiu esse roteiro: transição até 2033 para empresas e famílias, fundo de compensação para empresas que perdem incentivos de ICMS (até 2032) e cashback para famílias de baixa renda. Resta preservar a credibilidade da implementação, e o Fundo lembra que leis claras e estáveis sustentam o investimento. Suspender a reforma a menos de três meses do início da cobrança da CBS, depois de empresas e fiscos investirem em sistemas, sinalizaria que as regras mudam a cada eleição.

Lido com atenção, o relatório do FMI soa quase como uma defesa da EC 132. A reforma tem defeitos, e boa parte deles pode ser corrigida por lei complementar, como discuti aqui na semana passada. Adiá-la ou revogá-la não os eliminaria; apenas nos condenaria a tributar mal por mais tempo.



Tá com crédito

Soluções de crédito com ótimas taxas.*

Vai investir na sua empresa? Conte com crédito Banrisul.

*Sujeito a análise de crédito.

Saiba mais:




Mercado Livre chega a três megacentros de distribuição no Rio Grande do Sul

/ MINUTO VAREJO

Em dois dias, o Rio Grande do Sul ganhou dois centros de distribuição (CDs) gigantes da número 1 do e-commerce brasileiro. A Mercado Livre (Meli) já colocou em operação as unidades em Gravataí e Guaíba, anunciadas em julho passado e que triplicam em unidades a capacidade logística frente à anterior, com operação no Ecoparque Lourenço & Souza, em Sapucaia do Sul, também na Região Metropolitana de Porto Alegre.

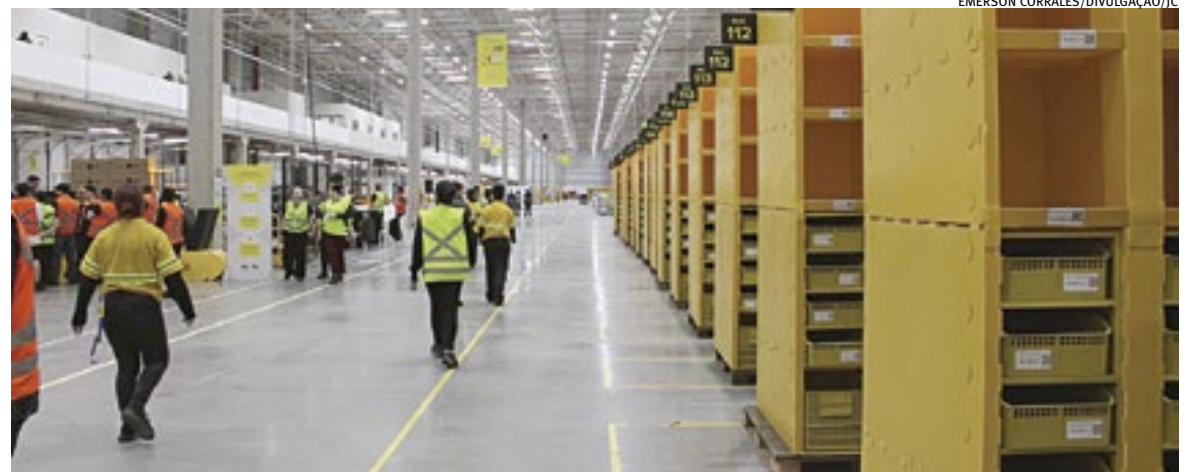
Os CDs foram inaugurados, com a vinda de integrantes da cúpula da plataforma, de origem argentina e já considerada a maior varejista do Brasil, e presença do governador Eduardo Leite (Guaíba) e autoridades locais (nos dois complexos), nos dias 13, no complexo da LOG, em Gravataí, e 14, no Ellosul, do Grupo Lebes, em Guaíba. Aliás, a solenidade foi no dia do centenário guaibense.

"Gravataí já é a capital do autômato, por ter a única montado-

ra do Estado. Se vai ser a do CD? Já é, pois já teve a vinda da Magazine Luiza. Mês a mês tem empreendimento novo. A LOG, que é onde está a Mercado Livre agora, já está fazendo o terceiro que terá a segunda fase da operação da gigante", valoriza o prefeito, Luiz Zaffalon, lembrando que a Amazon tem CD sendo erguido em terreno da Dallasanta, com operação prevista para 2027.

A Shopee, que fica entre as três maiores de e-commerce no Brasil, também está no município. A farmácia São João deve ampliar o complexo, às margens da BR-290. "Gravataí, se não é ainda, vai ser a cidade com mais metros construídos de galpões logísticos do Estado", projeta Zaffalon. Leite lembrou da missão na Argentina em 2023: "Vemos esse trabalho se transformar em empregos, renda e oportunidades", elencou o governador, em nota.

As duas instalações da Mercado Livre estão dentro de plano nacional da gigante: "Esse movi-



Em Gravataí, unidade da Mercado Livre reforça concentração de operações de e-commerce

mento integra o aporte histórico de R\$ 57 bilhões anunciado pela companhia para o Brasil em 2026, focado no avanço tecnológico e logístico", diz a Meli, em nota.

Os CDs foram contratados em complexos em Gravataí (LOG) e Guaíba (Ellosul, do Grupo Lebes) e seguem o modelo completo, chamado de fulfillment, com maior capacidade de despacho de mercadorias compradas e agilizando a

chegada para os consumidores. A Meli tem hoje apenas um CD em território gaúcho, que fica no Ecoparque Lourenço&Souza, em Sapucaia do Sul, aberto em 2023.

No Ellosul, o CD tem 39 mil metros quadrados e abriu 660 empregos diretos. A seleção já está ocorrendo, além da montagem logística para funcionar nos próximos meses. No LOG, em Gravataí, serão 38,7 mil metros quadrados

de área e 720 empregos diretos, diz o município, em nota.

As marcas ingressam no marketplace para vender direto a quem quer os produtos. Com isso, rivalizam diretamente com o varejo físico, que, no Rio Grande do Sul, registra fechamento de lojas, como no setor de eletrodomésticos.

A rede mais recente a cortar pontos é a Deltasul, com sede em Três Passos.

EMERSON CORRALES/DIVULGAÇÃO/JC